

O Movimento Feminista e a entrada dos afetos no campo político na esfera pública ampliada do ciberespaço¹

Daniela Mendes F. DE SOUSA²

Luiz Ademir de OLIVEIRA³

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei – MG

Resumo: Estas são as primeiras investigações feitas no trabalho de iniciação científica, do projeto intitulado “Movimento feminista no ciberespaço: a conciliação entre a emancipação política e as sociabilidades sob o prisma dos afetos”, desenvolvido no curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. O objetivo foi procurar as bases da entrada do campo psicológico no político a fim de entender, posteriormente, novas formas de comunicação no ativismo virtual. Chegou-se assim ao encontro de três pilares: ética, política e psicanálise.

Palavras-chaves: *ética, política, psicanálise, redes sociais, feminismo.*

1. Considerações Iniciais

Este artigo traz as primeiras elaborações acerca do projeto *Movimento feminista no ciberespaço: a conciliação entre a emancipação política e as sociabilidades sob o prisma dos afetos*.

A esfera pública transforma-se numa arena para a exposição da vida privada por meio de novas formas de socialização geradas pela internet. Neste espaço, a psicologia ganha um papel preponderante ao exercer grande influência no manejo dos afetos. Houve, segundo Illouz (2011), uma substituição da retórica da racionalidade moderna por um novo léxico de relações humanas nas redes. Embora aborde as relações interpessoais, a autora faz um retrato da forma como a comunicação é usada na contemporaneidade para ligar, não apenas desejos, mas também ideologias e culturas baseada na instrumentalização psicológica dos afetos.

Ao investigar como o feminismo desenvolve seu ativismo dentro desta lógica, por abordar as relações interpessoais e amorosas entre homens e mulheres, refletindo desde as práticas mais corriqueiras da vida a dois até questões políticas mais profundas e

¹ Trabalho apresentado ao IJ8: Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Encontro Intercom Sudeste - 2018.

² Psicóloga, formada pela Universidade Federal de São João del Rei, Especialista em “Psicanálise, Subjetividade e Cultura” pela Universidade Federal de Juiz de Fora e graduanda em Comunicação Social/Jornalismo, onde participa do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Movimento feminista no ciberespaço: a conciliação entre a emancipação política e as sociabilidades sob o prisma dos afetos”. E-mail: dani.mfsousa@gmail.com

³ Doutor em Ciência Política, docente do PPGCOM/UFJF e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. Orientador de iniciação científica, e-mail: luizoli@ufs.edu.br

institucionalizadas nas redes sociais, este trabalho pretende localizar a operação do manejo linguístico de afetos que opera estas transações sociais e políticas no ciberespaço.

Num primeiro momento, partimos da segunda onda feminista por enxergar nesta fase as primeiras relações entre sexo e política. Notamos que esta abordagem aponta para uma ambivalência, uma tensão, que evidencia a presença dos afetos na questão política. Depois, fizemos uma rápida leitura no corpo teórico de Hanna Arendt com o objetivo de localizar uma definição de política. Encontramos aqui ideias dialéticas que acabamos por tentar explicar pela via da psicanálise.

2. A segunda onda feminista e a urgência dos afetos

Nosso interesse recai sobre o que se convencionou chamar de segunda onda no feminismo. Esta fase começa em meados dos anos 1950 e vai até meados dos anos 1990. No entanto, o momento mais contundente é o de surgimento do feminismo radical, que se inicia em 1960/70. A partir dele que vamos abordar esse artigo porque aqui que começa a luta pelos direitos reprodutivos e as discussões acerca da sexualidade.

Trata-se de uma grande ruptura com o movimento de cunho mais liberal da primeira onda. Pois haverá uma politização do sexo, visto agora como categoria biológica, ao passo que gênero será pensado como uma construção social, um conjunto de características e de papéis impostos à pessoa dependendo de sua biologia. (SILVA, 2008)

Além disso, o feminismo radical buscará a raiz da desigualdade social em todas as sociedades. Como consequência, apontará para o patriarcado, para a dominação do homem sobre a mulher como a base da exploração humana. Parte, desta forma, da diferenciação sexual como causa de manutenção do sistema de poder. Isso significa que elas concentrarão seus esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal. O que as levará à rejeição do Estado e todas as instituições formais por serem criadas segundo privilégios masculinos. (idem)

Isso provocará um vasto prisma de causas que se refletirá diretamente no cotidiano, nos afetos e na cultura como um todo. Quando se busca a origem da condição feminina, por que são oprimidas e o que todas as mulheres do mundo têm em comum que

justifique estar todas, coletivamente, em situação inferior a dos homens, as feministas radicais encontraram o sexo, a própria capacidade reprodutiva. Perceberam que a mulher é atrelada social e economicamente a esta função. O patriarcado, assim como o capitalismo, consiste essencialmente, também, na opressão e organização do poder com base no sexo.

Por isso não será estranho críticas baseadas no marxismo para falar sobre a exploração da maternidade, das funções da mulher no casamento e nas tarefas domésticas. É também o momento em que a questão da mulher negra será abordada (donde nasce o feminismo negro). E, por fim, uma nova visão do estupro e da violência sexual enquanto ferramenta de manutenção do poder masculino.

O problema é que não se trata apenas de críticas. As mulheres terão que encontrar novas formas de se relacionar com seus pares. É seu papel social que está sendo questionado. O que vai criar uma tensão de caráter ambivalente diante do novo e o velho. Uma característica que aparece muito nítida no discurso das redes sociais, no que diz respeito à tentativa de distribuição de poder e nas suas dificuldades de lidar com as conquistas diárias, bem como em questões da maternidade e relações românticas com os homens.

Pense nos efeitos na sociedade e nas emoções dos indivíduos quando, por exemplo, as feministas começam a defender a legalização do divórcio e da aceitação dos chamados filhos “legítimos”. Ou quando começam a reivindicar creches para os filhos das mulheres trabalhadoras. A defesa de que tenham o controle sobre seu próprio corpo – a questão da reprodução e descriminalização do aborto, que até hoje mobiliza diversos setores e questões amplas que envolvem religião, ética e política.

A defesa da criminalização da violência contra as mulheres questiona a autoridade do patriarcado, mexe nas relações que as mulheres têm com pais, companheiros e amigos. A luta pela politização da esfera pública e pela implantação de políticas de acolhimento às mulheres em condições de risco; até a organização de grupos de autoconsciência e de autoconhecimento passando por protestos para demonstrar que os concursos de beleza tratam as mulheres como objetos. A quebra de tabus sexuais impostos, a reivindicação da visibilidade lésbica e muito mais foi o que marcou na história uma mudança no paradigma do movimento feminista e inseriu o elemento emocional no diálogo político.

Uma vasta dimensão dos afetos é introduzida nas reivindicações políticas e isso passa a ser mais evidenciado na escrita cotidiana do ciberespaço. Mas esta pesquisa ainda está no início e, o que pretendemos encontrar, num primeiro momento, são as bases teóricas que explicam a entrada do campo psicológico no político. O que culmina num novo pensamento sobre a ética, sobre novas formas de militar e, por consequência, comunicar.

3. A política e o inconsciente

Hanna Arendt (2002) diz que a política tem a função de organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais. Acentua que surge não no homem, mas entre os homens. E, por isso, a liberdade é fundamental para se criar um espaço entre os homens para acontecer o fato político. Porque ela se estabelece somente como relação.

A autora vai lembrar Hobbes, segundo o qual sustentava que para que todos não acabem se matando e tenham segurança, é necessário um Estado, uma instituição de poder comum. Ela explica esta ideia ao dizer que, uma vez criados à semelhança de Deus, os homens se tornam repetições mais ou menos bem sucedidas do seu criador. Essa semelhança é a base do estado da guerra de todos contra todos. Isso porque sendo iguais existem sem sentido e por isso se odeiam.

Temos aí um problema: se a política deve regular o convívio de diferentes, como pode ser possível essa prática numa sociedade guiada por indivíduos iguais? Arendt (2002, p. 8) aponta que a solução ocidental da impossibilidade da política, dentro do mito da criação do Deus monoteísta, foi o de transformar a política em história. Por meio da ideia de uma história mundial, a pluralidade dos homens foi dissolvida em um indivíduo-homem, depois também chamada de humanidade.

É esse aspecto da política, que procura organizar uma pluralidade através de uma generalização, que a psicanálise subverte, em termos de organização de poder. Esta teoria destaca o aspecto subjetivo do significante, onde encontramos a primeira brecha para que um campo entre em outro.

O que vai se tornar evidente nesta teoria é a política do Um, inspirada no que Lacan diz sobre o significante Um. Para entender isso, voltamos a Totem e Tabu⁴, de Freud, quando ele explica a aparição da Lei na cultura e na subjetividade do homem com relação ao assassinato simbólico do pai. Quando há a instituição do Um no nível coletivo, na simbologia do parricídio.

Como o parricídio de Totem e Tabu remete ao Complexo de Édipo, esse fato corresponde à dissolução do complexo de Édipo, ou seja, o conflito da criança com seus pais que coloca em jogo o desejo sexual e a lei de interdição. Nesse momento, surge o supereu, a instância responsável pela natureza da obediência e um dos fundamentos da política. (CHECCHIA, 2011)

O pai é um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, a saber o significante materno. Sua função é fazer a função do falo, aquilo que é desejado pela mãe, o que resulta num processo de identificação. Essa, por sua vez, eleva à instituição do pai como autoridade para a criança. Mas antes cabe entender que falar de falo não significa dizer pênis, e sim sua representação simbólica. O termo se inscreve numa série de outros substituíveis em equações simbólicas cuja natureza comum é serem destacáveis do indivíduo. É um significante de desejo. O complexo de Édipo então consiste na dialética cujas principais alternativas são ser ou não ser o falo, ter ou não o ter. (LAPLANCHE E PONTALIS, 1970)

Lacan vai falar de três tempos lógicos que resulta em diferentes relações com o “Campo do Outro” e com a relação. Primeiro, a criança terá uma indistinção fusional com a mãe. O filho é identificado com o falo materno, o único objeto que pode satisfazer a mãe e esta é um Outro absoluto, onipotente. Aqui o pai circula de forma velada, é apenas um significante no discurso materno. Depois, o pai entra como o terceiro da relação e introduz a interdição nessa relação fusional. A criança então sente a falta. O pai ocupa um lugar de significante da criança (o Nome-do-Pai). Ele é a metáfora da ausência da mãe e o significante do desejo dela. Por último, o filho dá início a um deslocamento em que imagina que o falo da mãe é o pai (imaginário) e não mais ele. Pai e falo se confundem, ele não circula mais e fica marcado como o que priva o desejo.

⁴ FREUD, Sigmund. Totem e Tabu, 1913.

A partir de então o sujeito começará a ser um sujeito desejante e a mãe é castrada. De ser ou não ser o falo a criança passa a questionar se tem ou não tem o falo. Este aparece como simbólico e pode circular na cadeia significante por conta do seu caráter inapreensível. (LACAN, 1957-58a [1999])

É preciso que haja, portanto, Um para simbolizar a Lei, para fazer esse papel do pai, para que o sujeito possa reconhecer o desejo do Outro para se separar e se desalienar. Mas não a lei no sentido jurídico, mas a da linguagem, a que fala que tem um significante que representa o desejo para o sujeito, no caso, o falo. Pois é ele que orienta o desejo do sujeito. (CHECCHIA, 2011, p. 73)

Começa também o conflito entre o sujeito e o Outro, marcado por movimentos de “alienação e separação, intensificado pela divisão entre o Outro e o objeto a, que provoca um efeito de perda no indivíduo”. (CHECCHIA, 2011, p.75) O duplo movimento do Um (instituição e tentativa de destituição) indica um núcleo em torno do qual circulam os S¹, os significantes-mestres, que comandam e tem o poder de formar o Um, mas cujo núcleo inacessível⁵. Trata-se dos significantes das primeiras experiências de satisfação que nunca podem ser retomadas de forma plena.

É a dimensão do Real que evidencia a ambiguidade do estatuto do Um porque ele se institui a partir do outro Um que falta. É aqui, nessa relação de ambiguidade com o estatuto do Um que localizamos a entrada dos afetos no campo político.

Isso significa dizer que o inconsciente, por fim, é, ele mesmo, resultado da instauração do significante Um, que se refere à instauração do poder paterno pelo falo enquanto operador lógico da linguagem. E, ao mesmo tempo, é a parte humana que não aceita a servidão. Assim, a política é o inconsciente por ser o campo da instituição do Um (que descrevemos via Arendt) e também a luta contra o Um.

O inconsciente é aquilo que foi escondido pelo político e que retorna nos movimentos de resistência, fugindo às barreiras de repressão policial, revelando a verdade ocultada. (CHECCHIA, 2011, p.76)

⁵ Esse núcleo é o do objeto a, outro conceito da psicanálise que fala da causa do desejo. Ele é o objeto perdido devido à divisão do sujeito, uma montagem ao redor do furo, que se duplica já que o Outro da linguagem também é incapaz de dar à criança um significante que a satisfaça, que a signifique em sua totalidade. O Objeto enquanto simbólico que o Outro fornece ao sujeito, introduz uma estabilidade mínima na relação sujeito-objeto havendo a necessidade de um deslocamento metonímico (cadeia significante). O desejo é a metonímia de uma falta. O objeto perdido insiste em deslizar na cadeia significante enganando a censura.

Se para Lacan o inconsciente é a política, para Freud, a instância do Eu é o político. O Eu não vai querer ser mal. Veja o que Arendt diz em seu texto sobre a política em Kant que corrobora com a ideia de Freud:

Segundo Kant, o homem mau é aquele que abre uma exceção para si; ele não é o homem que quer o mal, pois isso é impossível para Kant. Assim, a “raça de demônios” não é aqui a de demônios no sentido usual do termo, mas a daqueles que estão “secretamente inclinados a excetuar-se”. A questão é o secretamente: não poderiam fazer isso publicamente porque, nesse caso, obviamente estariam contra o interesse comum — seriam inimigos do povo, mesmo que esse povo fosse uma raça de demônios. E, em política, distintamente da moral, tudo depende da “conduta pública (ARENDR, 1994, p.26).

Para falar desta instância do Eu, da consciência, vamos voltar à explicação de sua origem em Totem e Tabu. As bases do Tabu estão em sentimentos ambivalentes que surgiram no confronto de estruturas psíquicas opostas: os povos primitivos tinham de um lado o medo dos fantasmas e dos demônios, e de outro, veneravam seus ancestrais. Tal ambivalência foi sendo apagada no decorrer do desenvolvimento humano. Só veio reaparecer em alguns casos de neurose e foi substituída de maneira análoga por sentimentos como piedade, culpa e consciência. É dessa relação obscura e enigmática do Tabu com a consciência, que Freud vai compreender a origem da consciência como a percepção interna da rejeição de um determinado desejo a influir dentro de nós. Contudo, é uma rejeição que não precisa apelar para nada mais. Ela não busca apoio e acha-se inteiramente ‘certa de si própria’. É um sentir dentro de si a justificação pela condenação, sentir a autocensura pelo ato que foi realizado. (Luigi, 2016, p. 72)

4. A ética

O caráter ambivalente estará presente nas duas instâncias do ser: desde a formação do inconsciente, em que haverá forças antagônicas que procuram organizar o duplo movimento do Um e instaurar o poder paterno pelo falô ao mesmo tempo em que tenta destituí-lo; até na sua vida consciente, quando haverá certa censura para o convívio social, mas sem o abandono do desejo. Ora, se a política consiste em organizar a tendência à

autodestruição através do Um como forma de individuação do ser, isso só é possível através da ética.

Há um aspecto positivo sobre a inserção da Lei no desfecho do Édipo que permite ao indivíduo, a despeito do corte e da perda, ter outras possibilidades. Se não se pode fazer uma escolha, inúmeras outras são possíveis. A Lei não degrada o desejo, mas estrutura e faz o intercâmbio do sujeito com a cultura. Pode-se, a partir de então, articular o discurso desejante, o que falta.

Uma vez que o desejo esteja operante, ele participa da ação política e de uma forma crucial. No seminário sobre ética, Lacan (1959-60) irá localizar a gênese da dimensão moral nele porque esta instância vai guiar a escolha do indivíduo. No momento em que o investimento libidinal confunde objeto com a imagem perdida de si mesmo e que torna tal objeto desejável ou não, uma conduta, uma ética, começa a se formar. Sendo assim Lacan dirá:

A experiência moral como tal, ou seja, a referência à sanção coloca o homem numa certa relação com sua própria ação que não é simplesmente a de uma lei articulada, mas sim de uma direção, de uma tendência e, em suma, de um bem que ele clama, engendrando um ideal de conduta. Tudo isso constitui, propriamente falando, a dimensão ética e situa-se para além do mandamento, isto é, para além do que pode apresentar-se com um sentimento de obrigação”. (LACAN, 1959-60 [1999]b, p.13)

Esta tendência é guiada pelo desejo do indivíduo para um outro, pois todo ato de fala só se consuma no endereçamento a um outro. Assim também é com a produção de sentido, de significação, que depende da sua inscrição numa cadeia de diálogos. O sentido de um ato se revela na interface do que é mais singular e sua inscrição simbólica na cultura. Além disso, esperamos que nossa passagem pelo mundo faça algum sentido, para nós e para os que nos rodeiam. De forma a dar origem a algum valor que sobreviva após a nossa morte (o Bem Supremo). (KHEL, 2002, p.10)

Etimologicamente, afeto e afetar deriva do latim *affectio*, relação, disposição, estado temporário, amor, atração. É da raiz *afficere*, fazer algo, agir sobre, fazer, manejar, de ad, "a", mais *facere*, "fazer". Desta etimologia, continuamos com Lacan (1959-60) quando diz que o problema de nossa ação é “o fundamento mesmo de toda reflexão ética”. A capacidade do homem se habituar é o ethos e, por isso, a política não vai sem ele.

E esse ethos, trata-se de obtê-lo conforme ao ethos, ou seja, a uma ordem que é preciso reunir, na perspectiva lógica que é a de Aristóteles, num Bem Supremo, ponto de inserção, de vínculo, de convergência, em que uma ordem particular se unifica num conhecimento mais universal, em que a ética desemboca numa política e, mais além, numa imitação da ordem cósmica”. (LACAN, 1959-60 [1999]b, p.33).

A verdade que procuramos numa experiência não é, no entanto, a de uma lei superior, mas de uma lei particular. O que acontece é que ela se articula igual nos outros de forma renovada. Lacan fala de um desejo imperioso que procura normatizar uma experiência e torná-la uma lei particular (ainda quando é universal). No momento em que o sujeito coloca a questão do “seu Bem Supremo” nas estruturas sociais, aí a ética começa. Mas não sem antes descobrir a ligação profunda pela qual o que se apresenta para ele como lei está estreitamente ligado à própria estrutura do desejo.

5. As Redes Sociais e o inconsciente

Pensar na sociedade contemporânea sem incluir as redes sociais e o mundo virtual como um todo é fazer análise superficial. A escrita virtual, para defender ideologias no fazer político cotidiano da pós-modernidade, facilita a comunicação entre os sujeitos e dá sentido àquilo que eles estão vivendo, de um lado, e, de outro, se apresenta como um repertório inenso de conteúdo latente a ser pensado. Por isso, buscamos estes conceitos básicos de psicanálise para refletir a relação entre a realidade psíquica e virtual no âmbito político.

As redes sociais permeiam os modos de vida e interferem nos padrões de subjetivação do indivíduo de tal forma que ele já não consegue mais viver desconectado, sem opinar, sem se informar, sem se mostrar e se expressar. Por isso urge mais pesquisas que tragam luz aos pontos de encontro entre a realidade do sujeito no mundo real com a realidade virtual e a realidade psíquica. No caso da política, ter uma visão mais profunda desse campo significa refletir suas relações com os afetos através da investigação sistematizada de sua expressão nas redes sociais.

Iniciamos pensando a ética e a formação do inconsciente pelo fato de perceber que cada vez mais as pessoas necessitam da opinião e aprovação dos outros, a respeito delas

mesmas. E essa aprovação passa pela busca de estereótipos de perfeição dados pela convivência com os grupos políticos. Supomos então que o que cada indivíduo quer é ser o objeto de desejo do outro, levando em consideração que o objetivo do desejo, em primeira e última instância, consiste em ser reconhecido pelo outro. Um padrão que não exclui o campo político ou virtual.

Para Castells (2003), no artigo de Ceccarelli e Oliveira (2015), a internet é sugerida como um espaço que leva as pessoas a viverem suas fantasias “on-line”, esquivando-se de um possível mundo real, ancorando-se na realidade virtual. Dessa forma, se configura o uso de mascaras, com progressivo desinteresse pela realidade, e busca, através do virtual, a realização de fantasias. Onde constatamos, como consequência, mais atividade política virtual do que real.

No entanto, como explica Ceccarelli e Oliveira (2015), para a psicanálise, a fantasia é uma tela sobre o real que evidencia um vazio por trás dela, a falta Real, como também falamos anteriormente. Enquanto tela, permite ao sujeito criar um objeto no lugar do objeto faltoso, nomeia um objeto enquanto seu objeto, na tentativa de anular a barra pelo qual está cindido. Assim, todas as relações são mediadas pela ordem da fantasia e o sujeito pode idealizar quem é, e não se mostrar como realmente é. Pode criar um personagem de acordo com o que ele acredita que o outro espera dele, donde, nas nossas elaborações, surge a necessidade de se pensar a ética.

Nesse processo, por fim, os sentimentos, pensamentos verdadeiros e emoções, ficam escondidos à espera de se constituir naquilo que o outro almeja. Mas lidar com o mundo dessa forma traz consequências emocionais e é por isso que os afetos devem ser analisados na atividade política virtual.

Para Freud, o afeto é a catexia da ficção que se dá pelo fato de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, permitindo a indistinção do que é a verdade. (Freud, 1897) Logo, acreditamos num certo nível de inconstância da verdade do mundo virtual influenciando a forma de comunicar dos grupos feministas. O que esperamos descobrir é se os sujeitos encontram nas redes sociais os meios para satisfazer seus desejos inconscientes que, diga-se de passagem, nem sempre se concretizam no mundo real. Perguntamos qual seria então a validade dos discursos e ações feministas nas redes sociais? Qual a sua eficácia sobre o real?

6. Considerações finais

É de conhecimento geral que o feminismo não encarou a psicanálise com bons olhos. E, talvez, isso suscite certa estranheza pensar numa comunicação política do feminismo à luz desta teoria, uma vez que ela foi muito criticada, principalmente na segunda onda. Mas o fato é que: “Toda a produção posterior das teóricas feministas da segunda onda, assim como para Simone de Beauvoir, foi marcada pelo debate ou recurso, tanto à psicanálise quanto ao marxismo, em textos favoráveis ou de oposição a essas teorias”. (Lago, 2012)

Vamos, portanto, nos basear nas ideias favoráveis, por concordarmos com Lago (2012), quando ela afirma que o saber sobre o inconsciente descentra o sujeito do conhecimento descartiano, e que, por isto traz consequências positivas para as teorias feministas que se foram construindo nas ondas dos movimentos.

Se as relações foram tensas, de afastamento e adesão com o corpo conceitual desta teoria, é inegável que elas trazem reflexões muito complexas que não nos permite torná-las inférteis e descartáveis. Por isso, as usaremos para entender os entrelaçamentos dos afetos na esfera política do ciberespaço.

Segundo Checchia (2011), em *O Seminário, Livro 4: A Relação de Objeto*⁶, Lacan afirma que é até possível traçar todo esse percurso da formação do inconsciente usando um sistema de coordenadas simétrico fundado por mulheres. O problema é que mesmo nas sociedades matriarcais, o poder político tem essa representação masculina que a torna imprescindível.

Através desta teoria pode-se observar que a descoberta da falta estrutural do sujeito fornece à autoridade o espaço necessário para manobras do poder. O que se constituirá numa pista fundamental para entendermos que instâncias autoritárias farão de tudo para não deixar as pessoas submissas a ela sabermos que são “faltosas”.

No caso do feminismo, é este saber que se detém. E é em torno dele que poderemos analisar as formas de uma política baseada nos afetos. Pois, de um lado, temos aquele que sabe de sua condição incompleta e que por isso não é governável. E, de outro lado, temos

⁶ LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 4: A Relação do Objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

quem detém o poder propondo os meios para o sujeito aceitar esta falta e não reconhecê-la.

Em relação ao interesse da autoridade não querer que o sujeito reconheça sua falta estrutural, gostaríamos de lembrar “ós”, o romance distópico do russo Ievguêni Zamyatin, nessa finalização⁷.

Trata-se de um texto escrito por volta de 1923, após à Revolução Russa que vai falar sobre o século XXVI. Neste futuro imaginado os habitantes perderam toda a sua individualidade. Ao invés de nomes possuem números e vivem em casas de vidro facilitando, assim, sua supervisão. Todos se vestem identicamente, se alimentam de comida sintética e a recreação habitual consiste em marchar em filas enquanto o hino do chamado “Estado Único” toca em alto-falantes. Entre outras características, a mais importante aqui é a ideia de que felicidade e liberdade são incompatíveis.

O narrador D-503 é constantemente aterrorizado por impulsos atávicos. Ele se apaixona, o que por si só já é considerado um crime nessa sociedade, por um membro do movimento de resistência que trama derrubar o Estado. Só que as autoridades descobrem a causa destas desordens, uma doença chamada imaginação. Assim, providenciam um método de cura, a que D-503 é submetido e este, após ser “curado”, acaba por trair sua amada entregando-a às forças repressoras.

Gostaria de chamar atenção para a padronização e perda da individualidade como meta de um Estado que se pretende repressor, ou seja, que não quer que seus cidadãos descubram a “falta”. São elementos muito comuns e criticados em outras narrativas distópicas. Uma crítica que parte da realidade de uma sociedade movida pela lógica do mercado. Como por exemplo, em *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley e *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood. A quem não resistimos citar um trecho:

Mas deve haver alguma coisa que ele quer de mim. Querer é ter uma fraqueza. É essa fraqueza, seja lá qual for, que me atrai. É como uma pequena rachadura numa parede, que antes, até este momento era impenetrável. Se encostar meu olho nela, na fraqueza dele, pode ser que possa ver meu caminho se abrir”. (Atwood, 1985 [2017], p.166)

⁷ Lembrando que o gênero distópico é uma ferramenta de análise radical da modernidade na medida em que fornece elementos para pensar criticamente a contemporaneidade, sobretudo com relação à segunda metade do século XX e início do século XXI (Marques, 2014).

Mas este é um assunto para ser explorado mais adiante. Cumpre aqui apenas salientar que não poderíamos encontrar outra solução para tratar do feminismo nas redes sociais se não tivéssemos permitido a reflexão a partir da entrada do campo dos afetos na política. Por entender que a falta, a constituição do desejo, está na base das formações consciente e inconsciente que, por sua vez, marcará o ethos e a forma deste fazer política.

6. Referências

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 – Disponível na página <https://farofafilosofica.com/2017/02/13/hannah-arendt-10-livros-em-pdfpara-download/> visitado em 12 de abril de 2018

BEINER, Ronald. Hannah Arendt: Lições Sobre a Filosofia Política de Kant. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994. Disponível na página <https://farofafilosofica.com/2017/02/13/hannah-arendt-10-livros-em-pdf-para-download/> visitado em 12 de abril de 2018

Atwood, Margaret. *O Conto da Aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017

CHECCHIA, Marcelo. *O inconsciente é a política?* Revista de Psicanálise Syllus. Rio de Janeiro, nº 22, p. 69-79, 2011. Disponível na página https://www.academia.edu/30962048/O_inconsciente_é_a_politica visitado em 12 de abril de 2018

FREUD, S. *Os Processos Primário E Secundário – Recalcamento*. Rio de Janeiro: Imago, 1999 [1900]. (Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. V).

ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Zahar, 2011.

KHEL, Maria R. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

LACAN, Jacques. O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente (1957-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, a

_____. *O Seminário. Livro 7: A Ética (1959-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, b.

LUIGI, Carlos A., *Ambivalência emocional, Totem e Tabu e a figura paterna em Ricardo II*, Revista de Literatura História e Memória, Vol. 12, nº 20, p. 69-82, 2016. Disponível na página <http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/15092/10903> visitado em 15 de abril de 2018

LAGO, Mara Coelho de Souza. *A Psicanálise nas Ondas dos Feminismos* - Disponível na página https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1350/a_psicanalise_nas_ondas.pdf?sequence=1 visitado em 8 de abril de 2018.

LAPLANCHE, J. PONTALIS, J. –B, *Vocabulário da Psicanálise*. Santos, SP: Livraria Martins Fontes, 1970.

MARQUES, Eduardo Marks de. *Da centralidade política à centralidade do corpo transumano: Movimentos da terceira virada distópica na literatura*. Anuário Literário, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 10-29, 2014. Disponível na página <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7917.2014v19n1p10> visitado em 15 de abril de 2018

OLIVEIRA, Gessé Duque Ferreira de; CECCARELLI, Paulo Roberto. Realidade virtual v. realidade psíquica. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 44, p. 101-107, dez. 2015. Disponível na página http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010034372015000200011&lng=pt&nrm=iso visitado em 23 abril de 2018.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Feminismo Radical – Pensamento E Movimento*. Disponível na página saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3107/2445 visitado em 8 de abril de 2018

ZAMYATIN, Yevgeny I. *Nós*. São Paulo, SP: Aleph, 2017.